

CADMO

Revista do Instituto Oriental
Universidade de Lisboa

15

天正十三年三月廿一日
三月廿一日

RENÉ LACHAUD, *Tradição Egípcia*, Lisboa, Hugin Editores, 2004, 120 pp., ISBN 972-794121-4

A Hugin, julgando prestar um relevante serviço à cultura em geral e aos estudos de egiptologia em particular, lançou um livro em que René Lachaud dá mostras de um insipiente conhecimento da matéria que se propôs apresentar. Os erros de português e de uniformização de critérios que enxameiam o pequeno volume não são dele, devem antes atribuir-se à falta de cuidado e de nível do tradutor e revisor – mas o Autor é responsável pelos crassos erros egiptológicos que conspurcam as páginas que penosamente têm de ser lidas, para que se possa avisar os possíveis leitores do perigo que os espreita.

A desastrada tradução de Rodrigues Vaz revela uma grande incompetência e uma evidente preguiça intelectual, pois para evitar os muitos dislates na adaptação de termos bastaria consultar algumas obras de temática egiptológica que estão desde há vários anos publicadas em português (nomeadamente o *Dicionário do Antigo Egípcio*, da Editorial Caminho, Lisboa, 2001). Ainda por cima o infeliz tradutor deu-se ao luxo de introduzir, em várias páginas, algumas notas de rodapé da sua autoria que vieram, em certos casos, macular ainda mais o débil texto.

Logo no capítulo 1, propõe-se o Autor «acabar com as ideias feitas» (p. 7) – claro, para introduzir as dele. Em «As origens dum mundo» (p. 8) uma aberrante frase dá, desde logo, uma ideia do que vai ser o livro: «A sua língua, os hieróglifos, começam por textos de alta metafísica». Nada mais errado e atabalhoado: os hieróglifos são uma forma de escrita, não uma língua, e os primeiros textos egípcios são de uma grande simplicidade e singeleza, nada metafísicos. Na página seguinte diz-se, a propósito da cronologia, que «a egiptologia clássica continua a pretender e a ensinar que tudo começou há menos de três mil anos» – outro erro, foi há cerca de cinco mil anos. Depois aparecem «Os Grandes Antepassados» (pp. 9-10) em rebuscado texto onde, com esconsa subtileza, se procura insinuar que os criadores da civilização egípcia vieram através do Saara, «desde a costa atlântica de Marrocos» (claro, os da Atlântida), criando «Uma religião estelar» (pp. 11-12), com traços que «subsistirão em todas as religiões egípcias» (*sic*).

No capítulo II o leitor é levado a apreciar como era «Viver à egípcia», aparecendo então «O Duplo Reino» (p. 15), isto é, as Duas Terras, unidas por Narmer, cujo nome de Hórus aparece num desenho estilizado do palácio real, o *serekh*, gravado na célebre obra de

arte conhecida por Paleta de Narmer – aqui chamada «palheta»! Em «Vida, Força e Saúde: o rei do Egíto» (pp. 16-17), mais uma tonteria: diz-se que «o rei deve desposar a sua mãe» para ser legítimo – não é a mãe, mas sim a sua irmã, embora este fenómeno não seja generalizável. São depois descritas, de forma incompleta, «As insígnias do poder» (pp. 17-18), diz-se o que era «Viver segundo o Maat (*sic*)» (pp. 18-19), sendo aqui a bem conhecida deusa Maet apresentada como um deus! Segue-se «A concepção do tempo» (p. 19), e «Quemet, a negra, ou a terra do Egíto» (pp. 20-21), onde ligeiramente se descreve a Terra Negra (Kemet) e se elucubra acerca do nome do Egíto, que derivou, de facto, do nome do templo (do *ka*) do deus Ptah em Mênfis, que era Hutkaptah (mas aqui aparece na insólita forma de «Het Qah Ptá»). Quanto aos aspectos geográficos e mentais da vivência do Egíto como civilização fluvial evocam-se em «Os filhos do rio» (p. 21), apresenta-se «O deserto» (p. 22), depois «A sociedade faraónica» (pp. 23-24) e «O homem egípcio, os nove elementos do ser» (pp. 24-28), onde se resumem os vários elementos de que se compunha o corpo humano: e, tirando as barbaridades cometidas na adaptação forçada dos seus nomes para português, lá estão o corpo (*khet* quando vivo e *khat* quando morto), o nome (*ren*), a sombra (*khaibit* ou *chuf*), o *ba*, o *ka*, o *akh*, o *sah*. A estes elementos junta-se aqui o *sekhem* (ceptro de poder evocativo da deusa Sekhmet). O capítulo vai terminar com «As ferramentas da evolução» (pp. 29-31) compostas por «cinco chaves» que afinal são signos hieroglíficos. De novo, e descontando as lamentáveis adaptações para português que, uma vez mais, o tradutor e o revisor urdiram, cá estão os esperados *kheper* (o signo do escaravelho associado às ideias de transformação e de renascimento), *nefer* (belo, bom, perfeito), *hotep* (paz, oferenda), *sekhem* (poder, domínio) e *mer* (amar). Em «O Fluido da Vida» (pp. 31-32) discorre-se esforçadamente sobre a valência do signo *sa* (protecção).

O capítulo III introduz os «Hieróglifos» (p. 33), bela expressão estético-gráfica de «Uma civilização da escrita» (p. 34), sendo recordados os trabalhos de pesquisa levados a cabo por Jean-François Champollion para a decifração dos hieróglifos, concluindo com a descoberta do sistema em 1822 (pp. 35-36). O texto sobre este assunto está ilustrado por uma cartela (aqui vem «cartucho») do faraó Chabaka (aqui vem Qabaqa). Depois surge «A linguagem dos pássaros» (pp. 36-38), aproveitando uma velha designação que aos hieróglifos davam os hermetistas, para dissertar sobre a presença de grande número de aves entre as centenas de signos da escrita.

A «Magia e Medicina» é o tema do capítulo IV, sintetizando-se aqui «A magia egípcia» (p. 39) e «A prática da magia» (p. 40), «Como se tornar mago» (pp. 41-43), em que se fala mais de outras «magias» actuais do que da magia egípcia (*heka*). Segue-se «A medicina egípcia» (pp. 43-44) onde surge um erro típico de pessoas que se abalançam a escrever sobre assuntos que desconhecem: é que os hieróglifos para escrever a palavra médico (*sunu*), são de facto uma seta e um pote, mas eles não estão escritos lá por serem a «lanceta do cirurgião» ou o «pote dos medicamentos» – são apenas as bilíteras *su* e *nu* utilizadas para a grafia da palavra *sunu*. Em «As casas da vida» (pp. 45) recorda-se a aprendizagem nessas escolas de elevado nível, onde, entre outras aquisições intelectuais, se ensinava «A ética do médico egípcio» e «O exame clínico» (pp. 45-46). O capítulo termina com a enumeração dos papiros médicos hoje conhecidos (pp. 46-48).

O capítulo V trata de «Deuses e religiões», encetando com as «religiões egípcias (*sic*)», seguindo com «Monoteísmo ou politeísmo?» (pp. 49-50). Com as «Géneses» (pp. 50-53) são apresentadas as cosmogonias de Heliópolis, Hermópolis e Mênfis, depois vem «Neter ou o deus segundo o Egipto» (pp. 53-54), «As tríades» (p. 55) e «Quem é quem no mundo divino?» (pp. 56-64), com uma lista das principais divindades egípcias onde certos nomes foram objecto de um desnorteante e adulterado aportuguesamento. O controverso faraó Akhenaton (antes Amen-hotep IV) e a sua revolução atoniana do deus «único» são evocados em «Aquenaton e o Atonismo» (pp. 64-67).

«Os construtores egípcios» é o tema do capítulo VI, exímios trabalhadores ligados à «Pedra e monumentalidade» (p. 69), procurando construir o «Espaço sagrado» (p. 70). Depois uma pergunta: «O que é um templo egípcio?», para logo se seguir a resposta (pp. 71-72) – é «o castelo, a fortaleza do princípio divino». Este tema prossegue com «O que protege o templo» (p. 73), e a «Implantação dos templos no reino» (pp. 74-76), onde se volta a falar da célebre Paleta de Narmer que antes já tinha sido «palheta» e agora passa a ser «espátula». Em «Os templos de milhões de anos» (p. 77) são evocados os templos funerários, seguindo-se as «Pirâmides» (p. 78) com «O complexo piramidal» (p. 79) e um «Ritmo e ressonância» (p. 80), que existiriam nesses monumentos. Naturalmente, neste capítulo o Autor, dando largas a um esotérico conhecimento de empenhado piramidólatra, disserta sobre «A geometria da pirâmide» (p. 80), «Pirâmides e astronomia» (pp. 81-82), «Orion e Sirius» (p. 83). A Grande Esfinge, implantada no vasto planalto de Guiza, surge na p. 83, e sobre ela se tecem

aberrantes considerações; não há praticamente dúvidas acerca da época em que a gigantesca estátua foi esculpida (reinado de Khafré, IV dinastia) mas para o Autor a idade do monumento remontaria a 12000 a. C. (p. 86)! Aliás, esta é a aberrante e estulta tese defendida por delirantes membros de seitas esotéricas esconsas e contumazes.

O capítulo VII trata daquilo a que chama «A prática iniciática», começando com «Egipto e iniciação» (p. 88), «Tot, o iniciador original» (p. 89), interrogando-se depois «O que é a iniciação?» (pp. 90-91), com citações de alguns hermetistas como Jâmblico e pensadores do oculto, como Max Guilmot, este «completamente impregnado da qualidade do ser egípcio».

O capítulo VIII apresenta os símbolos faraónicos, com «A força inexplicável dos símbolos» (p. 92), «O símbolo, cristalização duma verdade» (p. 93), seguindo-se uma série de signos que incluem o *ankh* (aqui é anq), o pilar *djed*, o isíaco nó *tit*, o ceptro *uase* (aqui é was), *udjat*, o olho de Hórus, e *kheper*, o escaravelho.

Com o capítulo IX vemos «Os Egípcios e a morte», desde logo com a «Morte e a imortalidade» (p. 100), «Os hieróglifos do Além» (p. 101), e «Os três grandes *corpus* funerários» (p. 102), que permitem apresentar os «Textos das Pirâmides» (pp. 103-104), os «Textos dos Sarcófagos» (p. 104), o «Livro dos Mortos» (pp. 104-105), «A estratégia do Livro dos Mortos» (p. 106), «O povo das múmias» (p. 107), rematando com «O ritual da mumificação» (p. 108), onde se afirma que eram retirados do corpo do defunto para serem colocados em vasos especiais o «fígado, baço, pâncreas e intestinos» – não é bem assim, era o fígado, estômago, pulmões e intestinos.

Por fim, o último capítulo, o décimo, discorre sobre «O hermetismo ou a teosofia do Egipto». Ficam os leitores a ter uma ideia do que é «O hermetismo» (p. 111), o qual «desde há dois mil anos irriga o pensamento místico do Ocidente», e é uma espécie de «contra-cultura», seguindo-se «O trismegisto» (pp. 111-112), «Alexandria» (pp. 113-114), «O *Corpus Hermeticum*» (p. 114) e «A gnose hermética» (pp. 115-116).

A bibliografia é enumerada na p. 117, dela constando, como seria de esperar pelo estilo do trabalho produzido, obras de pensadores do oculto ao lado de livros de notáveis e sérios egiptólogos.

Cada um tirará as conclusões que lhe aprouver da leitura do volume, mas decerto reparará na falta de organização no âmbito do tratamento de texto. A mais evidente das anomalias vê-se na displicente e estouvada opção de aporuguesar os termos egípcios na intenção provável de «facilitar a vida» aos leitores, mas que deu em abanda-

lhamento das formas. As adulterações podem ver-se em substantivos comuns («anq» em vez de *ankh*, «maqueru» em lugar de *maé-kheru*, «canopes» em vez de vasos de vísceras, «chamítico» em lugar de camítico) e em substantivos próprios, com o abastardamento de nomes de deuses (Ptá e não Ptah, e, como seria de esperar, Rá em vez da forma correcta de Ré, a deusa Sechat vem como Sesehet, Quonsu em lugar de Khonsu, Mur em vez Mut, Sokar é Soquaquis, Sėti vem em lugar de Set) de reis (Tutmés é aqui Totmés), de personagens (luefankh é lu-Ef-Anq, Khaemuset vem como Quaemuasé) e de locais («Quemet» em vez de Kemet, Aquemin em vez de Akhmim). Estes são apenas alguns exemplos da enxurrada de anomalias do livro, o qual também revela desconhecimento da terminologia egíptológica, como se vê pelo uso das desregradadas formas «Antigo Império», «Médio Império» e «Novo Império» (passadas automaticamente do francês) em vez de Império Antigo, Império Médio e Império Novo correntemente utilizados em todos os livros que tratam do Egípto.

Por outro lado, Maat, uma palavra feminina, é aqui tratada como «o Maat», sendo vista não como uma deusa mas como «um deus», o que é espantoso se considerarmos que na p. 18 vem uma imagem de Maat/Maet que é claramente uma mulher e que na própria capa aparece a deusa Maet alada como mulher. O Vale dos Reis, local que em egípcio se chamava Set-Maet, ou seja, Lugar de Verdade, é aqui «praça da Verdade» (p. 77) - é que o tradutor passou o francês *Place de Verité* para «praça da Verdade»! O conhecido título faraónico das «Duas Senhoras» (aludindo às deusas Nekhbet e Uadjit) é, sem mais nem menos, traduzido por «Duas Amantes» (p. 17)!

Como é típico de obras mal revistas lá está a troca entre época e período: não é «época ramséssida» mas sim período ramséssida (que não teve a sua capital em Tânis, ao contrário do que se diz na p. 16), não é «época ptolemaica» mas sim período ptolemaico o qual, por sua vez, se insere na longa Época Greco-Romana. Os períodos são fases de tempo mais curto que se incluem em grandes épocas históricas.

Trata-se, em suma, de um livro cujo título pode enganar os leitores em geral mas que devia estar circunscrito apenas a círculos de meditados transcendentais ou seitas esotéricas de ocultas, dementes e hebefrénicas práticas.

Luís Manuel de Araújo